

Sem quorum, Constituinte pára outra vez

Falta de acordo sobre a exploração mineral faz *Centrão* retirar-se do Plenário

Utilizando-se mais uma vez do recurso regimental de se ausentar do plenário, o *Centrão* recusou quorum para a sessão de ontem da Constituinte, que certamente definiria o conteúdo do artigo 22 do Título III, onde são tratados os bens da União. Como não houve acordo prévio com relação à questão dos recursos minerais e subsolo, considerados como pontos capitais pelas lideranças partidárias, os líderes José Lourenço (PFL-BA), Gastone Righi (PTB-BA) e Sílvio Campos (PDC-GO) se dirigiram ao plenário solicitando que suas bancadas se retrássem para que não alcançassem quorum a votação do projeto do *Centrão* para todo o Capítulo II do Título III. A orquestração deu certo, pois apenas 250 constituintes registraram seus votos na primeira apreciação embora 330 estivessem na Casa. O presidente Ulysses Guimarães suspendeu a sessão às 16 horas, convocando os trabalhos para as 9 horas de hoje.

A decisão das lideranças do *Centrão* de não permitir o desenvolvimento da sessão foi acelerada após o pronunciamento do líder do PMDB, Mário Covas, onde este afirmava que votaria contra o projeto do grupo, por não ter se chegado a um entendimento com relação à inclusão ou não dos recursos minerais e do subsolo como bens da União. O líder do PMDB esclareceu que várias tentativas haviam sido feitas no sentido de se chegar a um acordo. "Chegamos a pensar que determinadas preocupações estavam superadas, o que nos permitiria aprovar

o texto do *Centrão*, mas o entendimento não pôde ser feito, por isso votaremos contra".

Neste instante o plenário começou a se esvaziar, tornando nítida a falta de quorum para a votação. Aproveitando a circunstância o deputado Ricardo Flúza (PFL-PE) esclareceu que, "embora o *Centrão* não queira atrasar as votações, estamos aqui tratando de questões substantivas, fundamentais, para as quais não há acordo. Queremos o acordo, que a meu ver ainda não se esgotou". Houve um ligeiro tumulto no plenário, tendo a deputada Raquel Cândido (PFL-RO) denunciado pressões da liderança de seu partido para que ausentasse do plenário. "Com todo respeito que tenho pelo líder — disse ela — não posso aceitar essa prática, em um momento que se vota assuntos tão importantes".

CONSTANTE DIFICULDADE

A dificuldade para o estabelecimento de quorum para votação na Constituinte está se tornando fato corriqueiro. Durante toda essa semana as sessões da tarde tiveram que ser suspensas pela ausência dos constituintes no plenário. Convocadas sempre para as 14 horas só são iniciadas, de fato, por volta das 15 horas, quando o plenário começa a ser ocupado. Esse fato foi denunciado ontem pelo deputado Octávio Eljio (PMDB-MG), que garantiu o registro de mais de 330 constituintes na portaria, apesar de apenas 302 terem comparecido em plenário.

De novo a Constituinte se transformou em muro de lamentações com vários deputados exigindo de Ulysses Guimarães medidas efetivas para impor aos constituintes a presença em plenário. Um deles foi o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), para quem só os apelos do presidente não eram suficientes. "Considero decisivo que Vossa Excelência tome atitude mais enérgica fazendo a substituição dos que não comparecem aqui para votar".

VOTO POR TELEFONE

Demonstrando uma certa inquietação, o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, depois de confirmar a convocação dos trabalhos constituintes para hoje e amanhã, disse que havia determinado à secretaria que convocasse os constituintes ausentes de Brasília por telefone. "Todos têm que vir aqui votar, não podemos fazer igual à Ordem dos Advogados do Brasil — OAB —, que aceita o voto por telefone. Ulysses Guimarães foi apertado pelo deputado Gerson Peres (PDS-PA), que solicitou do presidente sessões apenas de segunda até as sextas-feiras. "N-ao adianta convocar sessão para os finais de semana, pois não haverá quorum e nós nos desmoralizaremos. Sábado e domingo é dia de descanso. Até Deus descansou no sétimo dia".

"O nobre Deputado está chamando Deus de preguiçoso", respondeu o presidente. "Nós nos desmoralizaremos com os constituintes que não vêm aqui".

GIVALDO BARBOSA



No Plenário, Flúza comanda a retirada dos centristas, já decidido pelos líderes José Lourenço e Amaral Netto

Acordo fecha texto sobre comunicações

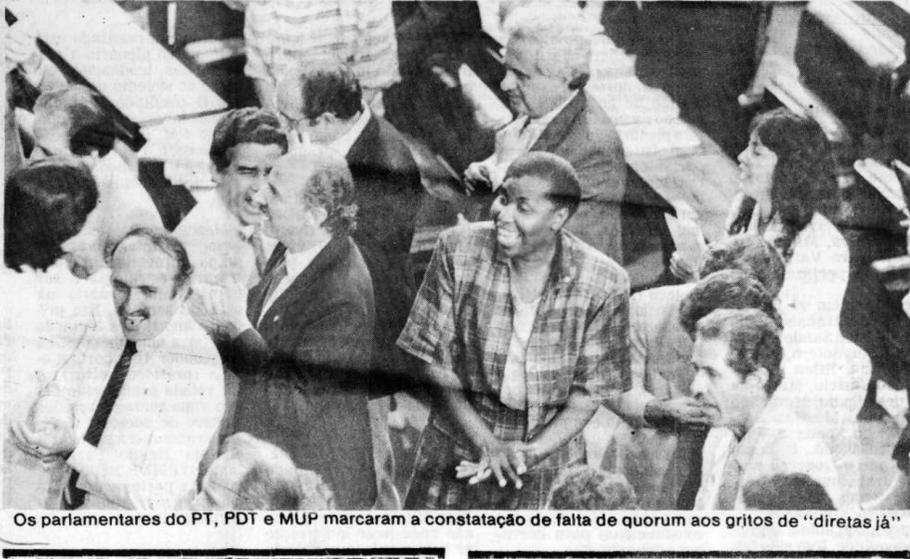
Os líderes de partidos e grupos — que enfrentam sérias dificuldades para fechar acordo em torno da questão do subsolo — conseguiram ontem, em contrapartida, deixar para trás a polêmica questão das telecomunicações e sua exploração. Através de acordo firmado pela manhã na liderança do PMDB, ficou acertado que entre as competências da União estará a exploração direta — ou mediante concessão a empresas sob o controle acionário estatal — dos "serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações". O acordo assegura ainda "a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado, através da rede pública de telecomunicações explorada pela União".

O acordo firmado entre os líderes determina também que à União compete "explorar diretamente ou mediante concessão, autorização ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações". Ficou definida, além disso, a aprovação, nas disposições transitórias, de emenda do deputado Manoel Ribeiro com o seguinte texto: "As concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor ficam mantidas nos termos fixados em lei".

Finalmente, o acordo prevê que o parágrafo único do artigo 23 do projeto — cuja redação determina que "o fluxo de dados transfronteiriço será processado por intermédio da rede pública operada pela União — será suprimido do projeto, assim como o parágrafo quarto do artigo 256. Este parágrafo define que "é assegurada a prestação de serviços de transmissão de informações por entidades de direito privado, através da rede pública".

A votação do acordo, no entanto, não foi possível ontem, em função da falta de entendimento sobre o resto do capítulo.

EUGÊNIO NOVAES



Os parlamentares do PT, PDT e MUP marcaram a constatação de falta de quorum aos gritos de "diretas já"

Impasse adia a votação sobre minério e subsolo

A falta de acordo entre o *Centrão* e as esquerdas sobre a questão da propriedade dos minerais e do subsolo impossibilitou a votação do Capítulo II do Título III. Em consequência, a sessão de ontem, que teria início com esse dispositivo, foi suspensa, sem qualquer votação. O *Centrão* esvaziou o plenário, impedindo a obtenção do quorum para votar. As negociações que ocorreriam desde o período da manhã não chegaram a bom termo e foram brusca e interrompidas, em meio a acusações de ambos os lados.

"O *Centrão* recuou. Os representantes das mineradoras na Constituinte estão criando embaraços e dificultando a votação", acusou o deputado Vivaldo Barbosa, (PTB-RJ). "Não é verdade", respondeu o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA). "Não chegamos sequer perto de um acordo", avaliou. "Usamos o dispositivo regimental de esvaziar o plenário para permitir negociar mais a questão. Não é possível definir um ponto tão importante na marra, como quer o doutor Ulysses", completou. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do *Centrão*, que na parte da manhã entrou em contato com os ministros do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, e do Gabinete Militar, Bayma Denys, confirmou não ter recebido uma orientação sobre como votar a questão.

Finalmente, o acordo prevê que o parágrafo único do artigo 23 do projeto — cuja redação determina que "o fluxo de dados transfronteiriço será processado por intermédio da rede pública operada pela União — será suprimido do projeto, assim como o parágrafo quarto do artigo 256. Este parágrafo define que "é assegurada a prestação de serviços de transmissão de informações por entidades de direito privado, através da rede pública".

A votação do acordo, no entanto, não foi possível ontem, em função da falta de entendimento sobre o resto do capítulo.

— Criar o monopólio ou dificuldades para a exploração não me parece razoável num momento em que o País precisa de capitais para o seu desenvolvimento", disse o parlamentar. O ponto chave da polêmica está incluído ou não dos recursos minerais e do subsolo entre os bens da União. A liderança do PMDB e a esquerda em geral entendem que tal procedimento é necessário. "O subsolo é uma propriedade da União, mas essa propriedade deverá, através de concessões, ser repassada para entidades privadas ou cidadãs que a explorarão", defendeu o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), vice-líder do partido. "Esse princípio que queremos aprovar", completou.

O *Centrão*, ao contrário, quer excluir da lista de bens da União esses dois itens, a fim de não prejudicar as concessões para exploração. O deputado Roberto Cardoso Alves afirmou que aceitaria a ideia defendida por Brito, caso ela fosse transcrita de uma forma que agradasse ao *Centrão*. "A proposta a que chegamos esta manhã é um pouco tumultuária e há dentro da Assembléia Nacional Constituinte, gente que ao interpretá-la literalmente, chega a conclusão de que não é isso que está escrito ali", disse.

A proposta a que se referiu o deputado surgiu durante a reunião de líderes e pareceu a mais próxima do

consenso. O *Centrão*, contudo, pediu mais tempo para estudá-la. De acordo com o texto, no Título III constariam entre os bens da União o subsolo e os minerais, mas haveria uma remissão, no mesmo texto, ao artigo 206 do projeto da Sistematização, que garante a manutenção das concessões para a exploração desses bens. Um assessor da liderança do PMDB disse não entender o motivo de tanta polêmica. Segundo ele, se há a garantia de concessão, é sinal de que a propriedade é de alguém. Logo, não faria diferença assegurar essa propriedade à União. O próprio deputado Roberto Cardoso Alves parece concordar com isso: "Devem ser rigorosamente defendidos os interesses do povo e do país", afirmou.

HIPÓTESES

A questão da inclusão do subsolo e dos minerais entre os bens da União está posta nos incisos VII e IX do artigo 22 do projeto de Constituição. No texto aprovado pela Comissão de Sistematização, os "recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica", são bens da União, assim como o "subsolo". No texto do *Centrão*, contudo, foram suprimidas as expressões "recursos minerais", do inciso VII, e "subsolo", do inciso IX. Assim o *Centrão* defende, em princípio, que apenas os potenciais de energia hidráulica devam ser bens da União.

Esquerda forma coro por diretas

Até às 16h de ontem, não havia previsão de qual seria a participação dos constituintes na realização do "Dia de Advertência", que em todo o País buscou retomar a campanha pelas diretas já. Sem programação alguma, no entanto, o plenário acolheu o ato público por quatro anos de mandato do presidente Sarney, no dia 4 de março, exatamente às quatro horas da tarde, com uma alegre manifestação das bancadas dos partidos de esquerda gritando

por diretas já. O coro espontâneo dos parlamentares foi facilitado pela decisão do presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães, que naquele momento encerrou a sessão por falta de quorum.

Indiretamente, ainda, os constituintes começaram a se envolver com o "Dia de Advertência" a partir do momento em que alguns parlamentares souberam da existência de tropas do batalhão de choque da PMDF na garagem do Senado

Federal. O deputado José Genoíno (PT-SP) denunciou o fato ao plenário, questionando Ulysses Guimarães se esta era uma providência permitida pela Mesa diretora do Congresso Nacional.

Ulysses Guimarães, garantindo que iria apurar os fatos e decidir a matéria, anunciou que só naquele momento estava tomando conhecimento da existência de policiais na garagem do Senado.

Jefferson mostra força do seu grupo

"Nem o dr. Ulysses, com todo o seu poder de tetra (presidente da Constituinte, da Câmara, do PMDB e vice-presidente da República), pode revogar a Bíblia. Ele mediu forças com a Assembléia e levou uma lição". A declaração, em tom vitorioso, foi feita ontem à tarde, logo após o encerramento da sessão por falta de quorum para deliberação, pelo deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ), do *Centrão*.

Segundo o deputado, o *Centrão* negou número porque os partidos ainda não haviam chegado a um entendimento em torno do capítulo II do título III do projeto constitucional, que define os bens da União. Na verdade, o grupo não conseguiria aprovar sozinho a sua proposta, que exclui do rol de bens da União os recursos naturais e o subsolo, uma questão que envolve interesses multinacionais, privados nacionais, dos estados, municípios e da própria União.

"Se nossa emenda fosse rejeitada, amanhã o da Sistematização também não passaria, por falta de quorum. Ai cairíamos no famoso buraco negro", explicou Roberto Jefferson, se referindo às situações em que o plenário não consegue aprovar nenhuma emenda, deixando o texto desprovido de qualquer referência relativa à matéria votada. Ele acha que "a pressa do dr. Ulysses" val ter que esperar esse fim de semana, pois as sessões convocadas para hoje e amanhã — prevê — não se realizarão por falta de quorum.

Mandato também ajuda a adiar

CELSON FRANCO
Da Editoria de Política

O pretexto foi a questão relativa ao subsolo. Mas o verdadeiro motivo, que levou à suspensão das votações, ontem, no plenário da Constituinte, foi o mandato presidencial e o sistema de governo que o deputado Ulysses Guimarães e as esquerdas pretendem votar já nesta próxima semana.

Para desgosto do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que pretende promulgar a nova Constituição no dia 21 de abril, as lideranças conservadoras (PDS, PFL, PTB e PDC) recomendaram a suspensão das votações, em função da omissão (não votar), embora permanecendo no plenário.

O deputado Antônio Brito, ao final da sessão, argumentava que a obstrução pelas lideranças conservadoras será inútil, porque, mais dia, menos dia, as questões do mandato e do sistema de governo terão que ser votadas, até pela cobrança da opinião pública.

Incentivado a punir os constituintes omissos — pela ausência ou pelo não-exercício do voto —, Ulysses prefere não tomar esse caminho, por entender que ele seria ainda mais prejudicial aos trabalhos da Constituinte.

Ulysses Guimarães, como é de sua prática, preferiu buscar o entendimento. Hoje de manhã, as lideranças partidárias tentaram o acordo em torno da questão do subsolo. A não ser que uma avaliação feita pelos conservadores demonstre que obstruir é pior do que votar, pela cobrança da opinião pública, o impasse permanecerá, provavelmente até segunda-feira.

Algumas lideranças peemedebistas já consideram certo não se votar as matérias do Título III hoje e amanhã. Até Ulysses Guimarães modificou o seu discurso otimista, observando que a definição do mandato presidencial "vai depender dessas votações".

De qualquer forma, os cálculos estão sendo refeitos, na expectativa de que as votações, se não acontecerem neste final de semana, recomecem na segunda-feira. Para se manter dentro do prazo pretendido por Ulysses, para definição do mandato e do sistema de governo, quarta ou quinta-feira a Constituinte teria que realizar cerca de 20 votações por dia. O dobro, portanto, do esforço previsto anteriormente.

Obtendo ou não o entendimento, a Ulysses Guimarães desagrada profundamente a omissão — em grande parte movida por interesses políticos — de alguns constituintes: "Não acho isso bom; entendo que um assunto (Constituição) dessa magnitude, a solução de assuntos pendentes que envolvem todos os brasileiros, acho que todos deveriam estar em Brasília".

Ainda no plenário, antes de encerrar a sessão, Ulysses decidiu acatar a sugestão do deputado Otávio Eljio de utilizar também a televisão para um apelo à presença dos constituintes, além do telefone, do sistema de correios e telégrafos e da própria persuasão pessoal.

Mandato também fica mais longe

O fato de não ter havido quorum ontem para sessão da Constituinte, autoriza a expectativa de que também não haverá número para a realização de sessões hoje e amanhã. O líder Mário Covas e alguns dos seus vice-líderes, como o deputado gaúcho Antonio Brito, acham que, diante dessa hipótese, a votação do título IV, que trata do mandato do Presidente da República, só começará sexta-feira.

A peça de resistência do título IV — que trata da Organização dos Poderes — é uma emenda do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que fixa em quatro anos o mandato dos Presidentes da República. O projeto da Comissão de Sistematização ficou em cinco anos o mandato, e deu apenas quatro anos ao presidente Sarney.

ESTRATEGIA

Segundo Brito, a liderança do PMDB mudou de

estratégia em relação ao problema do mandato. Agora, a ideia é aprovar a emenda Mário Covas no texto permanente, conferindo quatro anos de mandato para os Presidentes da República. Mais adiante, ao final da elaboração do novo texto constitucional, quando se estiver votando o Capítulo das Disposições Transitórias, será aprovada emenda fixando qual o dia da eleição para a escolha do novo Presidente da República em 1988.

Antonio Brito, observa que existem precisamente 272 pedidos de destaque para emendas ao título III. Através de um esforço, por fusão, co-autoria, prejudicialidade, esses pedidos de destaque poderão ficar reduzidos a 70, o que levará de três a quatro dias em votação, a contar pela média de votações nos últimos dias.

A expectativa da liderança do PMDB na Constituinte, segundo o deputado Antonio Brito, é a de que haja

conversações neste fim de semana entre os que defendem a implantação do regime parlamentarista e os que estão se articulando pela aprovação do mandato de quatro anos para todos os Presidentes, incluindo o presidente Sarney.

Segundo o parlamentar gaúcho, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, pretende promover reuniões neste fim de semana com os que defendem parlamentarismo e quatro anos de mandato para todos os Presidentes da República, incluindo Sarney, para definir uma estratégia de mobilização de parlamentares em favor da aprovação desses dois itens.

A proposta de parlamentarismo apresentada pelo deputado pernambucano Egídio Ferreira Lima, constitui o modelo, segundo Brito, que sintetiza as aspirações de todos os que defendem a introdução do regime de gabinete no Brasil.

Deputado dará lista de faltosos

O deputado Paulo Delgado (PT/MG) prometeu divulgar hoje uma lista de 20 constituintes que já poderiam ter seus mandatos cassados se fossem aplicadas contra eles as punições por excesso de ausência, estabelecidas na Constituição em vigor. Em questão de ordem levantada durante a sessão que foi encerrada por falta de quorum, Delgado questionou o presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, sobre os motivos da Mesa diretora não ter aplicado ainda os dispositivos da Carta atual, que constam também dos regimentos internos da Câmara e do Senado.

Se fossem obedecidas as normas regimentais das duas Casas — aplicáveis quando o regimento da Constituinte não dispõe sobre a mesma matéria — todo parlamentar ausente a um terço das

sessões, sem motivos justos, já estaria cassado. Paulo Delgado vem se debruçando há alguns dias sobre 190 listas de votação e de verificação de quorum e descobriu que cerca de 20 parlamentares já esgotaram a cota máxima de ausências permitidas. Sua pesquisa cobre o período de novembro do ano passado até o final de janeiro, tempo suficiente para condenar os faltosos à penalidade instituída pela Constituição.

A ausência premeditada dos membros do *Centrão* do plenário, ontem, negando quorum para a decisão das matérias do Capítulo II do Título III — especialmente em torno da punição dos faltosos. Os deputados Paulo Delgado e Octávio Eljio (PMDB/MG) insistiram com Ulysses Guimarães sobre a aplicação do Pro-

eto de Resolução, assinado por quase 200 constituintes, com proposta de punição aos eternos ausentes.

O projeto de autoria de Delgado e Eljio, entre outros, prevê a perda do mandato de todo constituinte que deixar de comparecer, sem motivo justo, a cinco sessões da Assembléia. Especifica ainda que a falta a três sessões em um mesmo mês implicará na suspensão do subsídio e da ajuda de custo mensais. Como justificativa, eles lembram que qualquer trabalhador, quando falta ou chega atrasado ao trabalho, sofre descontos de seu salário e em alguns casos é até mesmo demitido. "Por que o parlamentar deve ser privilegiado em comparação ao que se exige daqueles que o elegeram?", questionou Paulo Delgado.